



Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

Relatório e Contas 2022



ABRIL 2023



ÍNDICE

1.	Introdução	5
2.	A Sociedade	6
3.	Enquadramento	8
4.	Atividades realizadas em 2022	8
4.1.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação de Santa Maria	8
4.2.	Hotéis da Graciosa e das Flores	11
4.3.	Campos de Golfe	12
4.3.1	Campos de Golfe da Batalha e Furnas	12
4.3.2	Campo de Golfe da Terceira	15
4.3.3	Prática de Golfe nos Açores	15
5.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	16
5.1.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	16
5.2.	Linha de Crédito Açores Investe II	17
5.3.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	17
5.4.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	18
5.5.	Programa de Estabilização do Emprego (PEE)	19
5.6.	Programa de Valorização do Emprego (PVE)	20
6.	Funcionamento e Financiamento da Atividade	21
7.	Recursos Humanos	21
8.	Análise das Contas	22
9.	Investimento	23
10.	Situação Financeira	24
10.1.	Dados Económico-Financeiros	24
10.2.	Indicadores Económico-Financeiros	25
11.	Proposta de aplicação de resultados	25
12.	Factos Relevantes após o Termo do Exercício	26
13.	Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	26
14.	Referências diversas	26
15.	Contas	27
15.1.	Balanço em 31 de agosto de 2022	28
15.2.	Demonstração dos Resultados por Natureza/ Funções em 31 de agosto de 2022	29



15.3.	Movimentos ocorridos nas rubricas de capital	31
15.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto	33
15.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras	34
1.	Identificação da Entidade	35
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	35
3.	Principais Políticas Contabilísticas	36
4.	Fluxos de Caixa	47
5.	Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	47
6.	Ativos Tangíveis	47
7.	Ativos Intangíveis	49
8.	Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial	49
9.	Ativos por impostos diferidos	50
10.	Inventários	51
11.	Clientes	51
12.	Outros créditos a receber	52
13.	Estado e Outros Entes Públicos	53
14.	Diferimentos	54
15.	Variações na rubrica de Património Líquido	54
16.	Capital Subscrito	55
17.	Reservas Legais	55
18.	Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido	56
19.	Financiamentos Obtidos	57
20.	Fornecedores	58
21.	Outras Dívidas a Pagar	58
22.	Rédito	58
23.	Subsídios à exploração	59
24.	Fornecimentos e Serviços Externos	59
25.	Gastos com o Pessoal	60
26.	Outros Rendimentos e Ganhos	60
27.	Outros Gastos e Perdas	61
28.	Gastos e Rendimentos Financeiros	62
29.	Garantias prestadas	62
30.	Imposto sobre o Rendimento do exercício	63
31.	Partes relacionadas	64
32.	Disposições Legais	64
33.	Eventos subsequentes	65

12.6.	Mapas Orçamentais	66
12.6.1.	Demonstração do desempenho orçamental	67
12.6.2.	Demonstração da Execução Orçamental da Receita	69
12.6.3.	Demonstração da Execução Orçamental da Despesa	71
12.6.4.	Alterações Orçamentais da Receita	73
12.6.5.	Alterações Orçamentais da Despesa	75
13.	Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	777



1. Introdução

A Ilhas de Valor S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pela Resolução n.º 177/2005, de 24 de novembro, tendo sido efetuada a escritura pública em 29 de dezembro de 2005 e o seu correspondente registo comercial na Conservatória de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, onde está sediada a empresa.

O **capital social** é de 9 milhões de euros, distribuída pelos seguintes acionistas:

- **A Região Autónoma dos Açores: 50,56% - 4.550.000,00 euros**
- **O Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico: 49,44% - 4.450.000,00 euros**

No ano de 2022, durante o terceiro trimestre ocorreram alterações na composição dos **órgãos sociais**, pelo que se apresentam os órgãos de acordo com dois momentos:

1. Mesa da Assembleia-Geral

i) De 01/01/2022 até 20/06/2022:

Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretário: Vera Cristina Pereira Sousa

ii) De 21/06/2022 até 31/12/2022:

Presidente: Vassili Plesov

Vice-Presidente: Alexandra Vitória Falcão Pereira de Viveiros

Secretário: Maria do Sameiro Mesquita Gabriel

2. Membros do Conselho de Administração

i) De 01/01/2022 até 31/08/2022:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

ii) De 01/09/2022 até 31/12/2022:

Presidente: Frederico Paulo dos Reis Índio Matias Tavares

Vogal Não Executivo: Pedro Costa Aguiar Ribeiro da Costa

Vogal Não Executivo: Marco André Forjaz Rendeiro

3. Fiscal Único e respetivo suplente

i) De 01/01/2022 até 31/08/2022:

Fiscal Único - Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda, (ROC n.º 520).

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associados, SROC, (ROC n.º 319).

ii) De 01/09/2022 até 31/12/2022:

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, (ROC n.º 199).

Fiscal Suplente – Catarina Isabel Furtado Pacheco, (ROC n.º 1365).

Representante da Região Autónoma dos Açores: Rogério Gomes Moitoso


Representante do Fundo Regional de Apoio à Coesão de Desenvolvimento

Económico: Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia

2. A Sociedade

A sociedade tem por **objeto social**:

1. O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.
2. A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:
 - a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

- 
- b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
 - c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
 - d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.
3. A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:
- a) Reforço do capital de um Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
 - b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
 - c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
 - d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.
4. A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.
5. Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

3. Enquadramento

A Ilhas de Valor, S.A., empresa pública regional, para além de promover a coesão regional, desempenha também um importante papel no apoio empresarial através de linhas de crédito com condições mais vantajosas para as empresas regionais e isso teve uma importância acrescida durante o período de crise da economia regional.

A Ilhas de Valor, S.A., tem como objetivo ser um instrumento de política económica para atuação em áreas de menor potencial económico, mas que, pelas atuais condições de mercado, ainda não permitem uma adequada rentabilização do capital privado.

A condição arquipelágica dos Açores impõe cada vez mais que as políticas conducentes ao seu desenvolvimento sejam orientadas no sentido de um crescimento equilibrado e sustentável, quer dos setores de atividade que sustentam a base económica quer das parcelas que integram o espaço territorial do arquipélago.

É de referir que os Açores são o primeiro arquipélago no Mundo a alcançar certificação internacional de destino sustentável, por uma entidade acreditada pelo Conselho Global de Turismo Sustentável.

4. Atividades realizadas em 2022

A atividade desenvolvida em 2022 pela Ilhas de Valor, S.A., seguiu o proposto no Plano de Atividades e Orçamento, com destaque para o cumprimento nos principais domínios da atividade que desenvolve.

4.1. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria)

Na INCUBA + Santa Maria realizaram-se ações de formação para que os empreendedores incubados se capacitem e adquiram conhecimentos nas áreas de gerência, contabilidade, gestão financeira, apoios financeiros, controlo de custos e exportação, jurídica, marketing, entre outros. A capacitação dos Empreendedores na gestão dos seus negócios, é fundamental, na potenciação das suas competências

procurando criar ligações, quer financeiras, quer de recursos, entre os vários intervenientes.

Manteve-se a disponibilização dos espaços de Cowork, Olaria, Fablab, Sala de Reuniões, Salas de Formação e Espaço Multiusos, para atividades ligadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, tanto aos empreendedores incubados como aos empresários e parceiros, nomeadamente a Escola Básica e Secundária da Ilha de Santa Maria.

Na qualidade de parceira da ESABIC ligado ao Cluster Espacial da ilha de Santa Maria, propôs-se à Portugal Space o desenvolvimento de atividades em parceria.

Eventos / Formações / Atividades	Entidade Promotora
2º Aniversário Incuba+	INCUBA+ Santa Maria
Visita e imagem para vídeo promocional	Local Food Culture (Cristina Melo)
Sessão Formativa em HACCP (Mais Qualidade Alimentar - Brenda Melo)	INCUBA+ Santa Maria
Visita de alunos da Escola	INCUBA+ Santa Maria
2 Workshops (SimplifyPro - Marta Reis)	INCUBA+ Santa Maria
I Encontro Regional da FAPA	FAPA
Sessão Boas Vindas	INCUBA+ Santa Maria
Sessão Formativa Bten - Marco Pinheiro / José Vasconcelos	INCUBA+ Santa Maria
Formação CONTINENTE BOM DIA	Grupo Bensaúde
Formação Olaria	Empreendedora Cristina Ferreira
Curso de Patrão Local	Clube Naval de Santa Maria
Sessão Formativa em Contabilidade (Professora Gina Ferreira)	INCUBA+ Santa Maria
Formação CONTINENTE BOM DIA	Grupo Bensaúde
Apresentação da "PRA - Raposo, Sá Miranda & Associados - Sociedade Advogados"	INCUBA+ Santa Maria
Formação (SimplifyPro - Marta Reis)	INCUBA+ Santa Maria
Workshop	Empreendedora Vera Reis
Exame Patrão Local	Clube Naval de Santa Maria
Visita Associação Salvaterra	Associação Salvaterra
INCUBA Fest – Semana do Empreendedor	INCUBA+ Santa Maria
Showcooking Produtos Locais	INCUBA+ Santa Maria

Eventos / Formações / Atividades	Entidade Promotora
ShowMar 2022 – Feira do Mar	Direção Regional das Pescas
2º Natal na Incubadora	INCUBA+ Santa Maria



Imagem 1 e 2 – Sessão Formativa Bten na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

Procedeu-se a uma nova fase de admissão de Empreendedores, tendo sido disponibilizados 4 espaços, que foram objeto de 14 candidaturas, traduzindo-se em 9 Projetos incubados, sendo 3 em incubação física, 4 em incubação virtual e 2 em pré-incubação.



Imagem 3 – Sessão de acolhimento aos novos Empreendedores

Concluiu-se uma obra de proteção na circulação dos utilizadores, através da colocação de um telheiro com passagem entre os dois centros de incubação.



Imagem 4 – Telheiro no pátio central da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

4.2. Hotéis da Graciosa e das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. possui os hotéis da Graciosa e das Flores. São infraestruturas importantes na atividade turística para cada uma das Ilhas e contribuem fortemente para o desenvolvimento socioeconómico, que encontra nesta atividade um dos pilares de desenvolvimento que está apostada em prosseguir.

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração das duas unidades hoteleiras com a Fundação INATEL.

O contrato de cessão de exploração prevê o pagamento à Ilhas de Valor, S.A. de 20% dos Resultados Líquidos de Exploração apurados para cada exercício.

Entre janeiro e agosto de 2022, foram adquiridos equipamentos, nomeadamente a aquisição de sistemas de climatização, ar condicionados e ventilação, bem como de equipamentos ao bom funcionamento da piscina, da cozinha e lavandaria.



Imagem 5, 6 e 7 – Aquisição de equipamento de cozinha e lavanderia no Hotel da Graciosa

No último trimestre de 2022, foi solicitado ao Laboratório Regional de Engenharia Civil uma vistoria para cada um dos hotéis concluindo-se que:

- O estado geral de conservação dos edifícios pode ser classificado como sendo aceitável;
- Erros na conceção e execução de diversos pormenores construtivos;
- Necessidade de reposição do sistema de proteção dos perfis metálicos estruturais;
- Elaboração de um plano de manutenção preventiva, com substituição dos materiais degradados.

4.3. Campos de Golfe

A Ilhas de Valor, S.A., possui os três campos de golfe nos Açores, nas ilhas de São Miguel e Terceira.

O golfe é uma atividade que complementa a oferta turística nos Açores. Entende-se que esta atividade é de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sendo fundamental continuar com o conceito “Azores Golf Islands”, integrando todos os campos num plano estratégico único.

4.3.1. Campos de Golfe da Batalha e Furnas

A Ilhas de Valor, S.A. explora, desde março de 2010, os campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A..

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então o funcionamento da atividade dos referidos campos. A atividade destas infraestruturas consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Os campos de golfe possuem duas infraestruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

No entanto, perante a insolvência da Verdegolf, a Ilhas de Valor, S.A. adquiriu em 2019 os dois campos de golfe, conforme objetivo definido pelo Governo Regional dos Açores e deliberado pela Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A..

Em outubro de 2022, iniciou-se o processo de elaboração de planos de manutenção dos campos de golfe, por forma a garantir uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Em agosto de 2022, foram adquiridos dois tratores para a manutenção dos campos, bem como mobiliário para os restaurantes dos campos de golfe da Batalha e das Furnas.



Imagem 10 e 11 – tratores equipados com rodas de relva e carregador frontal.

Foram ainda realizadas pinturas da *Clubhouse* do campo de golfe da Batalha, e por forma a melhorar as condições das infraestruturas, adquiriu-se novos equipamentos de ar condicionado.



Imagem 12, 13, 14 e 15 – Pintura da Clubhouse do campo de golfe da Batalha.



Imagem 16,17, 18, 19 e 20 – Bar Golfista e equipamentos de ar condicionado do campo de golfe da Batalha.

Foram iniciados os trabalhos de reparação dos buggies. Neste momento existem 38 buggies distribuídos pelos campos de golfe da Batalha, das Furnas e da Terceira, sendo que 12 deles já estão totalmente recuperados.

Foi adquirido o terreno onde está instalada a oficina no campo de golfe da Batalha.

4.3.2. Campo de Golfe da Terceira

Em outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração do campo de golfe da Terceira com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira, não estando incluída a *ClubHouse*, e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores.

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 108/2022 de 13 de junho de 2022, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. ficou incumbida de assumir a posição contratual do Clube de Golfe da Ilha Terceira, em contratos de financiamento no valor de 3.890.000,00 euros, por contrapartida da transferência da propriedade, posse, administração e exploração do Campo de golfe da Terceira e a cessão dos estabelecimentos nele instalados.

Este processo foi concluído em dezembro de 2022, com a assinatura da escritura, passando a Ilhas de Valor, S.A. a ser a proprietária plena do Campo de Golfe, e respetivas infraestruturas, tendo sido transferidos todos os contratos de trabalho sem termo, correspondendo a 13 colaboradores.

4.3.3. Prática de Golfe nos Açores

Ao longo de 2022, existiu uma evolução positiva, quer a nível do número de voltas quer a nível de faturação dos clientes de golfe (operadores, agentes, *walk ins* / reservas diretas, torneios, utilizadores locais), comparativamente ao ano de 2021, verificando-se um Desvio Acumulado de 7% face ao ano anterior. Conseguiu-se acompanhar a tendência dos nossos principais mercados emissores, tendo em conta a faixa etária do público que nos visita, especialmente originários de operadores turísticos.



SEGMENTAÇÃO VOLTAS 2022

2022	ACUMULADO Dezembro 2022	Comparação 2022-2021		
		Dezembro 2021	Acumulado Dezembro 2021	Desvio Acumulado
Operadores Turísticos	2.077	0	777	167%
Tomelos	426	17	701	-39%
Golfistas Federados (25008)	137	4	173	-21%
Convidados (25018) (25019)	351	16	190	85%
Visitantes (Walk Ons) (25001)	2.667	32	1.219	119%
Membros Isentos Green Fees	9.409	639	10.694	-12%
Membros (25007) (25008) (25009)	2.083	90	2.237	-7%
Cortesia	124	4	88	41%
TOTAL	17.150	798	15.991	7%

5. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo (RCG), a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

5.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2021	4.713.028,34
Montante Debitado em 2022	0,00
Montante em Dívida em 31/12/2022	400,51

5.2. Linha de Crédito Açores Investe II

Esta linha de apoio teve como beneficiários as empresas com sede na RAA, que desenvolvessem atividades enquadradas na lista de CAE's definida pela EGL, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 18 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2021	11.025.409,95
Montante Debitado em 2022	7.968,47
Montante em Dívida em 31/12/2022	172.144,00

5.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Esta linha visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 23 operações.



	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2021	11.437.496,57
Montante Debitado em 2022	13.675,56
Montante em Dívida em 31/12/2022	150.752,01

5.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Este apoio visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento. Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 35 operações, sendo que umas das quais ainda está ativa e beneficia da referida RCG. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, 46 empresas, estando 35 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2021	8.744.802,39
Montante Debitado em 2022	26.601,86
Montante em Dívida em 31/12/2022	428.879,37

5.5. Programa de Estabilização do Emprego (PEE)

O Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). Esta medida foi aberta em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas) e 100.000,00 euros (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 14 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido apoio.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2021	230.543,13
Montante Debitado em 2022	1.084,39
Montante em Dívida em 31/12/2022	20.404,81

5.6. Programa de Valorização do Emprego (PVE)

Em 2012, no âmbito do PVE, a Ilhas de Valor, S.A. concedia apoios sob a forma de empréstimos reembolsáveis.

O apoio destinava-se a empresas em risco, de setores diretamente afetados pelas dificuldades associadas à falta de liquidez, geradas pelo impacto da crise financeira com sede na RAA.

Foram concedidos empréstimos no montante de 9,6 Milhões de euros correspondentes a 171 candidaturas.

No entanto várias empresas entraram em incumprimento, com algumas destas em situação de insolvência, PER, com dívidas ao Estado ou em incumprimento da obrigação da manutenção dos postos de trabalho.

Em dezembro de 2022 foi implementado um novo processo de cobrança. Este consistiu no envio de comunicações às empresas devedoras, assim como aos respetivos sócios, propondo um novo plano de pagamentos para liquidação do valor em dívida.

No ano de 2022, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu como reembolso das empresas apoiadas o montante de 267.229,97 euros.

Este procedimento irá manter-se no ano de 2023 por forma a garantir o reembolso das empresas devedoras.



6. Funcionamento e Financiamento da Atividade

No que concerne às Fontes de Financiamento, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu, no ano de 2022, por conta do Contrato Programa a celebrar com a RAA para financiamento do Plano de Atividades e de Investimentos, assim como para custos inerentes ao funcionamento e financiamento emergentes do mesmo, o montante de 3.200.000,00 euros.

7. Recursos Humanos

Durante o exercício de 2022, a Ilhas de Valor, S.A. tinha 81 trabalhadores ao serviço da empresa, distribuídos pelos campos de golfe, INCUBA+ e serviços partilhados:

Local	Departamento	# Trabalhadores	
Campo Golfe Batalha	Administrativo e Receção Batalha	2	38
	F&B Batalha	12	
	Golfe Batalha	9	
	Manutenção Batalha	15	
Campo Golfe Furnas	Administrativo e Receção Furnas	1	17
	F&B Furnas	4	
	Golfe Furnas	2	
	Manutenção Furnas	10	
Campo Golfe Terceira	Administrativo Terceira	1	14
	Golfe Terceira	4	
	Manutenção Terceira	9	
INCUBA+ Santa Maria	Santa Maria	4	4
Serviços Partilhados	Conselho de Administração	1	8
	Administrativos Gerais	3	
	Diretor Administrativo Financeiro	1	
	Diretor Vendas e Marketing	1	
	Compras	1	
	Secretariado	1	
TOTAL		81	

8. Análise das Contas

As Receitas aumentaram em 49,7% no ano de 2022, para 936,5 mil euros, impactadas, pela retoma atividade face ao ano de 2021, que ainda foi afetado pela COVID-19, situação que já não aconteceu em 2022.

Os Custos com Fornecimento e Serviços Externos atingiram 642,7 mil euros, representando um aumento de 5 % em relação ao ano anterior, essencialmente pelo aumento dos preços verificados, no ano de 2022, em conservação e reparação de equipamentos e manutenção dos campos de golfe e combustíveis. Os Gastos com pessoal aumentaram 9,5%, para 1.557,7 mil euros, essencialmente, pelo aumento do salário mínimo registado em 2022 e por acertos pela saída do anterior CA (como subsídios de férias, Natal, Etc.).

A rubrica de Outros Gastos e Perdas registou uma redução significativa *versus* o período anterior, pelo facto de em 2021 ter sido registada a cedência a título gratuito do Museu da Flores à Direção Regional da Cultura.

O Balanço resumido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentava-se conforme o quadro seguinte:

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	6	26 454 587,16	21 795 386,23
Propriedades de investimento		-	-
Ativos Intangíveis	7	8 487,14	4 256,25
Participações financeiras	8	1 230 819,55	1 203 704,25
Outros ativos financeiros		4 280,72	1 142,45
Ativos por impostos diferidos	9	62 920,12	134 985,47
Total dos Ativos Não Correntes		27 761 094,69	23 139 474,65
Inventários	10	96 835,92	50 367,62
Clientes	11	55 340,73	50 365,47
Estado e outros entes públicos	13	40 314,56	140 467,27
Outros créditos a receber	12	4 613 944,39	6 206 389,42
Diferimentos	14	3 406,00	187,63
Caixa e depósitos bancários	4	61 071,62	602 022,06
Total dos Ativos Correntes		4 870 913,22	7 049 799,47
TOTAL DO ATIVO		32 632 007,91	30 189 274,12
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito	16	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	17	805 000,00	805 000,00
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	15	4 641 903,94	6 819 938,58
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	18	1 830 284,21	1 540 343,18
Resultado líquido do período		525 288,94	(883 262,64)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		16 802 477,09	17 282 019,12
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	19	11 680 008,67	8 334 516,55
Outras dívidas a pagar	21	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		11 680 008,67	8 334 516,55
Fornecedores	20	159 153,38	65 514,00
Estado e outros entes públicos	13	70 534,19	41 794,86
Financiamentos obtidos	19	2 324 487,36	3 121 749,18
Outras dívidas a pagar	21	1 595 347,22	1 343 680,41
Diferimentos		-	-
Total dos Passivos Correntes		4 149 522,15	4 572 738,45
TOTAL DO PASSIVO		15 829 530,82	12 907 255,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		32 632 007,91	30 189 274,12

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

9. Investimento

No ano de 2022, os investimentos realizados atingiram os 5.108.358,86 euros.

Parte significativa deste investimento corresponde à concretização da transmissão da propriedade do Campo de Golfe da Terceira, e respetivas infraestruturas, para a Ilhas de Valor, S.A., representando um investimento de 4.690.238,87 euros.

Para além disso, a empresa realizou investimentos nas restantes infraestruturas de 418.119,99 euros com destaque para:

Unidade: Euros

Local	Descrição	Valor
GERAL	Aquisição de Hardware e Software	14.892
INCUBA+	Construção de Telheiro no Pátio Central	35.730
HOTEL DA GRACIOSA	Aquisição e Instalação de Fechaduras Eletrónicas	5.989
	Aquisição de Sistemas de Climatização, AQS e Ventilação	74.674
	Aquisição de Equipamentos de Piscina	5.771
	Aquisição de Equipamento de Cozinha e Lavandaria	45.500
	Projeto de reabilitação	8.690
CAMPOS DE GOLFE	Aquisição de 2 tratores para manutenção de Campo	78.793
	Aquisição de Equipamento de manutenção e <i>Buggies</i>	16.589
	Aquisição Terreno Armazém do Campo de Golfe da Batalha	39.175
	Pintura da <i>Clubhouse</i> do Campo de Golfe da Batalha	31.718
	Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado para o <i>Clubhouse</i> do Campo de Golfe da Batalha	64.187
	Aquisição de Mobiliário para Restaurante Campo de Golfe das Furnas	4.000

10. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa do exercício de 2022 face ao ano de 2021, verifica-se que apesar da redução em 479,5 mil euros a empresa mantém o seu nível de Património Líquido. Por outro lado, podemos constatar um aumento do passivo não corrente pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira.

10.1. Dados Económico-Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa.

	31-dez-22	31-dez-21
Total de Proveitos	3 845 676,03	3 696 319,43
Volume de Negócios	936 481,56	625 693,76
Resultados Financeiros	(250 188,26)	(231 433,19)
EBIT (Resultados Operacionais)	879 687,69	(781 459,61)
EBITDA (Cash-flow Operacional)	1 330 510,24	(301 960,81)
Resultados Antes de Impostos	629 499,43	(1 012 892,80)
Resultado Líquido do Exercício	525 288,94	(883 262,64)
Rendibilidade dos Capitais Próprios	3,13%	(5,11%)
Rendibilidade das Vendas	56,09%	(141,17%)
Liquidez Geral	117,38%	169,95%
Autonomia Financeira	51,49%	57,25%
Solvabilidade	106,15%	133,89%
Endividamento	48,51%	42,75%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista um aumento do nível de endividamento, passando de 43% em 2021 para cerca de 49% em 2022, fruto dos novos financiamentos assumidos com a aquisição do Campo de Golfe da Ilha Terceira.

10.2. Indicadores Económico-Financeiros

	31-dez-22	31-dez-21
Rendibilidade operacional	93,94%	(124,89%)
Rendibilidade Financeira	3,13%	(5,11%)
Rendibilidade Económica	1,61%	(2,93%)
Grau de alavanca operacional	9,97%	17,21%
Grau de alavanca financeira	139,74%	77,15%
Grau de alavanca combinada	9,97%	17,21%
Grau de Cobertura de Imobilizado	109,37%	119,73%

11. Proposta de aplicação de resultados

Conforme consta da demonstração da posição financeira e demonstração de resultados, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi positivo em 525.288,94 euros (quinhentos e vinte e cinco mil duzentos e oitenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos).

Face ao exposto e nos termos da lei, o Conselho de Administração propõe que do resultado líquido do exercício apurado, 26.264,45 euros sejam transferidos para Reservas Legais, e os remanescentes 499.024,49 euros sejam transferidos para resultados transitados.

12. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

13. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

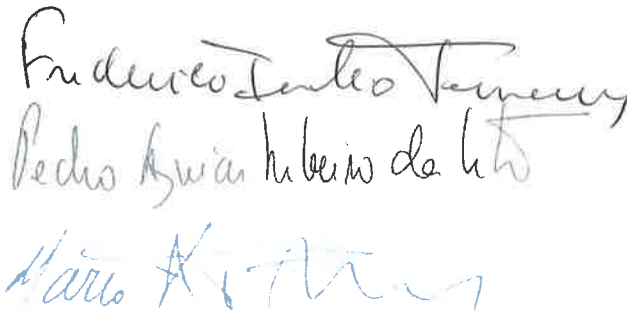
14. Referências diversas

O Conselho de Administração julga de justiça exprimir os seus agradecimentos:

- A todos os trabalhadores e colaboradores da nossa Empresa pelo empenho e competência demonstrados no desempenho das suas atividades;
- Aos acionistas da Empresa que continuam a prestar-nos o seu apoio e confiança;
- Aos nossos clientes, às Instituições de Crédito, fornecedores e demais *stakeholders* pela confiança que têm demonstrado.

Vila do Porto, 10 de abril de 2023

O Conselho de Administração,



Frederico Santos Taveira
Pedro Aguiar Ribeiro da Silva
Mário António



15. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15.1. Balanço em 31 de dezembro de 2022

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	6	26 454 587,16	21 795 386,23
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	7	8 487,14	4 256,25
Participações financeiras	8	1 230 819,55	1 203 704,25
Outros ativos financeiros		4 280,72	1 142,45
Ativos por impostos diferidos	9	62 920,12	134 985,47
Total dos Ativos Não Correntes		27 761 094,69	23 139 474,65
Inventários	10	96 835,92	50 367,62
Clientes	11	55 340,73	50 365,47
Estado e outros entes públicos	13	40 314,56	140 467,27
Outros créditos a receber	12	4 613 944,39	6 206 389,42
Diferimentos	14	3 406,00	187,63
Caixa e depósitos bancários	4	61 071,62	602 022,06
Total dos Ativos Correntes		4 870 913,22	7 049 799,47
TOTAL DO ATIVO		32 632 007,91	30 189 274,12
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito	16	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	17	805 000,00	805 000,00
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	15	4 641 903,94	6 819 938,58
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	18	1 830 284,21	1 540 343,18
Resultado líquido do período		525 288,94	(883 262,64)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		16 802 477,09	17 282 019,12
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	19	11 680 008,67	8 334 516,55
Outras dívidas a pagar	21	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		11 680 008,67	8 334 516,55
Fornecedores	20	159 153,38	65 514,00
Estado e outros entes públicos	13	70 534,19	41 794,86
Financiamentos obtidos	19	2 324 487,36	3 121 749,18
Outras dívidas a pagar	21	1 595 347,22	1 343 680,41
Diferimentos		-	-
Total dos Passivos Correntes		4 149 522,15	4 572 738,45
TOTAL DO PASSIVO		15 829 530,82	12 907 255,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		32 632 007,91	30 189 274,12

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

Isela Silva Amaro

A Administração

Fredrick Antonio Tenreiro
Presidente do Conselho de Administração
Isela Silva Amaro

15.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/ Funções em 31 de dezembro de 2022

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza Período findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

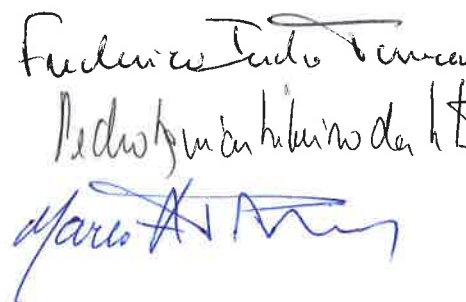
RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Vendas e serviços prestados	22	936 481,56	625 693,76
Subsídios à exploração	23	2 755 148,93	2 995 862,97
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(32 084,70)	(21 002,54)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(206 045,59)	(148 362,22)
Fornecimentos e serviços externos	24	(642 736,73)	(611 846,08)
Gastos com o pessoal	25	(1 577 660,48)	(1 441 369,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	7 901,62	(7 901,62)
Outros rendimentos	26	154 045,54	74 762,70
Outros gastos	27	(64 539,91)	(1 767 798,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 330 510,24	(301 960,81)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(450 822,55)	(479 498,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		879 687,69	(781 459,61)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	28	(250 188,26)	(231 433,19)
Resultado antes de impostos		629 499,43	(1 012 892,80)
Imposto sobre o rendimento do período	30	(104 210,49)	129 630,16
Resultado líquido do período		525 288,94	(883 262,64)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270



A Administração



Demonstração Individual dos Resultados por Funções
Período findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	31.12.2022	31.12.2021
Vendas e serviços prestados	936 481,56	625 693,76
Custo das vendas e serviços prestados	(848 782,32)	(760 208,30)
Resultado bruto	87 699,24	(134 514,54)
Outros rendimentos	2 917 096,09	3 070 625,67
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(2 125 107,64)	(3 717 570,74)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	879 687,69	(781 459,61)
Gastos de financiamento (líquidos)	(250 188,26)	(231 433,19)
Resultado antes de impostos	629 499,43	(1 012 892,80)
Imposto sobre o rendimento do período	(104 210,49)	129 630,16
Resultado líquido do período	525 288,94	(883 262,64)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

Lara Silva Amaro

A Administração

Fredricka Luísa Teófilo
Pedro Aguiar Inácio da Silva
para a Administração

15.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

Posição no Início do Período 2021	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros			
1	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,16	18 864 316,90	18 864 316,90
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	30 000,00	-	(194 189,91)	49 595,93	(584 441,16)	(699 035,14)	(699 035,14)
2	9 000 000,00	805 000,00	-	(194 189,91)	49 595,93	(584 441,16)	(699 035,14)	(699 035,14)
3	-	-	-	-	-	(883 262,64)	(883 262,64)	(883 262,64)
4=2+3	-	-	-	-	-	(1 467 703,80)	(1 467 703,80)	(1 467 703,80)
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+5	9 000 000,00	805 000,00	-	6 819 938,58	1 540 343,18	(883 262,64)	17 282 019,12	17 282 019,12

O Contabilista Certificado n.º 85270



A Administração



Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2022

(Valores expressos em euros)

Posição no início do Período 2022	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros			
1	9 000 000,00	805 000,00	-	6 819 938,58	1 540 343,18	17 282 019,12	-	17 282 019,12
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	-	(2 178 034,64)	289 941,03	(1 004 830,97)	-	(1 004 830,97)
2	-	-	-	(2 178 034,64)	289 941,03	(1 004 830,97)	-	(1 004 830,97)
3	-	-	-	-	-	525 288,94	-	525 288,94
Resultado Líquido do Período								
4=2+3	-	-	-	-	-	1 408 551,58	-	1 408 551,58
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+4+5	9 000 000,00	805 000,00	-	4 641 903,94	1 830 264,21	16 802 477,09	-	16 802 477,09
Posição no fim do Período 2022								

O Contabilista Certificado n.º 85270

Vera Silva Amaro

A Administração

Federico Tinto Taveira
 Pedro Henrique Luis de Brito
 Álvaro

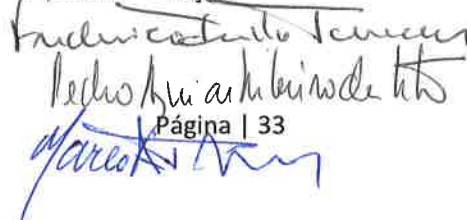
15.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	931 506,30	636 538,16
Pagamentos a fornecedores	(765 959,63)	(738 340,22)
Pagamentos ao pessoal	(1 586 060,48)	(1 441 369,66)
Caixa gerada pelas operações	(1 420 513,81)	(1 543 171,72)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	97 883,69	3 466,04
Outros recebimentos/pagamentos	236 636,14	72 838,40
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	(1 085 993,98)	(1 466 867,28)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(1 057 103,22)	(128 267,88)
Activos intangíveis	(5 895,28)	(5 675,00)
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	(1 062 998,50)	(133 942,88)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao Investimento	-	114 859,88
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	-	114 859,88
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	(1 062 998,50)	(19 083,00)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	652 826,47	262 023,40
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	3 200 000,00	3 200 000,00
	3 852 826,47	3 462 023,40
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 994 596,17)	(1 338 396,29)
Juros e gastos similares	(250 188,26)	(231 433,19)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(2 244 784,43)	(1 569 829,48)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	1 608 042,04	1 892 193,92
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(540 950,44)	406 243,64
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	602 022,06	195 778,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	61 071,62	602 022,06

O Contabilista Certificado n.º 85270



A Administração



15.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico - 2022



1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima exclusivamente de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede em Vila do Porto – Ilha de Santa Maria. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.


A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, a gestão da Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial da Ilha de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria) e ainda o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de



Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”).

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Dada a necessidade do encerramento de contas intercalar com referência a 31-08-2022, os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras apenas são comparáveis com os do período anterior se for feita a proporção do período homólogo.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.



3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.



3.4. Imparidade de ativos não financeiros


A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos



significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua

condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

3.11.1 Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.



3.11.2 Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.12. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo

valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.16. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as

variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.20. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

	31-dez-22	31-dez-21
Caixa	1 844,76	1 588,96
Depósitos à ordem	59 226,86	600 433,10
	61 071,62	602 022,06

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

31 de dezembro de 2022

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2022								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 722 429,45	944 456,58	64 902,75	253 163,61	308 434,10	25 348,00	26 986 065,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 968 171,52)	(627 821,03)	(64 902,75)	(221 350,33)	(308 434,10)	-	(5 190 679,73)
Valor líquido	6 667 331,47	14 754 257,93	316 635,55	-	31 813,28	-	25 348,00	21 795 386,23
Movimento do exercício								
Adições	1 206 186,39	3 637 625,20	244 265,27	-	-	-	20 282,00	5 108 358,86
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	45 630,40	(0,06)	-	(0,11)	-	(45 630,00)	-
Depreciação - período	-	(376 218,48)	(65 317,31)	-	(7 622,37)	-	-	(449 158,16)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
7 873 517,86	18 061 295,05	495 583,45	-	24 190,80	-	-	-	26 454 586,93
31 de dezembro de 2022								
Custo de aquisição	7 873 517,86	22 405 685,05	1 188 721,79	64 902,75	253 163,50	308 434,10	-	32 094 425,05
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(4 344 390,00)	(693 138,34)	(64 902,75)	(228 972,70)	(308 434,10)	-	(5 639 837,89)
Valor líquido	7 873 517,86	18 061 295,05	495 583,45	-	24 190,80	-	-	26 454 587,16

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se às rubricas de Terrenos; Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, totalizando o valor de investimento em 2022 de 5.108.358,86 euros. Deste investimento, destaca-se a aquisição do Campo de Golfe da Ilha Terceira ocorrida a 30/12/2022 no valor total de 4.690.238,87 euros, englobando o valor do terreno, imóveis associados e equipamento básico.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2021								
Custo de aquisição	6 667 331,47	20 849 200,48	821 675,82	64 902,75	260 079,58	308 434,10	-	28 971 624,20
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 905 067,29)	(576 375,26)	(64 902,75)	(222 560,09)	(308 434,10)	-	(5 077 339,49)
Valor líquido	6 667 331,47	16 944 133,19	245 300,56	-	37 519,49	-	-	23 894 284,71
Movimento do exercício								
Adições	-	33 132,33	137 747,59	-	2 234,11	-	25 348,00	198 462,03
Alienações e abates	-	(1 953 751,69)	(230 268,58)	-	-	-	-	(2 184 020,27)
Transferências	-	(206 151,67)	215 301,75	-	(9 150,08)	-	-	(0,00)
Depreciação - período	-	(397 532,21)	(72 796,87)	-	(7 750,97)	-	-	(478 080,05)
Depreciação - alienações	-	334 427,98	21 351,10	-	8 960,73	-	-	364 739,81
6 667 331,47	14 754 257,93	316 635,55	-	31 813,28	-	-	25 348,00	21 795 386,23
31 de dezembro de 2021								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 722 429,45	944 456,58	64 902,75	253 163,61	308 434,10	25 348,00	26 986 065,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 968 171,52)	(627 821,03)	(64 902,75)	(221 350,33)	(308 434,10)	-	(5 190 679,73)
Valor líquido	6 667 331,47	14 754 257,93	316 635,55	-	31 813,28	-	25 348,00	21 795 386,23

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2022					
Custo de aquisição	-	-	389 666,32	-	389 666,32
Amortizações acumuladas	-	-	(385 410,07)	-	(385 410,07)
Valor líquido	-	-	4 256,25	-	4 256,25
Adições	-	-	5 895,28	-	5 895,28
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Amortização - período	-	-	(1 664,39)	-	(1 664,39)
Valor líquido	-	-	8 487,14	-	8 487,14
31 de dezembro de 2022					
Custo de aquisição	-	-	395 561,60	-	395 561,60
Amortizações acumuladas	-	-	(387 074,46)	-	(387 074,46)
Valor líquido	-	-	8 487,14	-	8 487,14

8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

Descrição	Capital	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	739 250,91	60,87%	449 982,03

Descrição	Resultado	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	(52 710,20)	60,87%	32 084,70

Os quadros acima indicam os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como gasto dos resultados.

	Participação Capital - MEP	Suprimentos	TOTAL
A 1 de janeiro de 2021	511 565,65	661 587,52	1 173 153,17
Ganhos/(Perdas)	(21 002,54)	-	(21 002,54)
Outros movimentos no Capital	(8 496,38)	-	(8 496,38)
Dividendos recebidos	-	-	-
Empréstimos concedidos	-	60 050,00	60 050,00
31 de dezembro de 2021	482 066,73	721 637,52	1 203 704,25
Ganhos/(Perdas)	(32 084,70)	-	(32 084,70)
Outros movimentos no Capital	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-
Empréstimos concedidos	-	59 200,00	59 200,00
31 de dezembro de 2022	449 982,03	780 837,52	1 230 819,55

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. contempla uma diminuição em 32.084,70 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados de 2022, passando o seu valor de 482.066,73 euros para 449.982,03 euros.
- O valor da participação financeira era de 482.066,73 euros em 2021, face aos ajustamentos em 2022 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 449.982,03 euros.
- Na rubrica de participações financeiras, acresce o valor de empréstimos concedidos pela Ilhas de Valor, S.A. à subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda., cujo saldo a 31/12/2022 era de 780.837,52 euros.
- Em 31 de dezembro de 2022 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

9. Ativos por impostos diferidos

O detalhe de ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldo em 01-Jan-22	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31-dez-22
Activos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	134 985,47	-	-	(72 065,35)	-	62 920,12
Outros	-	-	-	-	-	-
	134 985,47	-	-	(72 065,35)	-	62 920,12
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Inventários	31-dez-22	31-dez-21
Mercadorias	84 208,60	50 367,62
Materias primas	12 627,32	-
	96 835,92	50 367,62
Imparidade de inventários	-	-
	96 835,92	50 367,62

	31-dez-22			31-dez-21		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	-	50 367,62	50 367,62	16 519,02	45 572,59	62 091,61
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	75 875,39	176 638,50	252 513,89	81 341,29	55 296,94	136 638,23
Custo de vendas	(63 248,07)	(142 797,52)	(206 045,59)	(97 860,31)	(50 501,91)	(148 362,22)
Saldo final em 31 de Dezembro	12 627,32	84 208,60	96 835,92	-	50 367,62	50 367,62

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2022, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 206.045,59 euros (em 2021: 148.362,22 euros).

11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

Clientes	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente	-	55 340,73	-	49 791,22
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	8 475,87
	-	55 340,73	-	58 267,09
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	(7 901,62)
	-	55 340,73	-	50 365,47

Em 2022, dada a recuperação da totalidade dos saldos registados em clientes de cobrança duvidosa, foi contabilizada a reversão da imparidade que, entretanto, havia sido registada:

Perdas por imparidades	31-dez-22	31-dez-21
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	-	-
Reversão	(7 901,62)	-
Regularizações	-	-
	(7 901,62)	-

12. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Hotel Angrasol - Aval (1)	383 376,98	473 376,98
Diversos	8 437,82	-
Fundo contragarantia 'Linhas Açores Investe e Açores Empresas	546 409,00	1 841 409,00
Linha Açores Investe II	172 144,00	164 175,53
Linha Reestruturação I	400,51	400,51
Linha Reestruturação II	120 570,80	109 848,22
Linha Reestruturação III	428 879,37	400 368,51
Linha Empresas PVE (2)	2 903 139,89	3 170 262,02
Programa Estabilização do Emprego	20 404,81	19 320,42
Diversas Linhas	30 181,21	27 228,23
	4 613 944,39	6 206 389,42

- (1) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000,00 euros, mediante a prestação de contra-garantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da

Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98 euros à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca. Entretanto, foi aprovado um plano de pagamentos no valor de 10.000,00 euros/mensal, tendo sido amortizado em 2021 o valor de 30.000,00 euros e em 2022 o valor de 90.000,00 euros.

- (2) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março.

Foram, entretanto, registadas diversas imparidades aos saldos das empresas devedoras, considerando situações de insolvência e/ou de cobrança duvidosa.

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31-dez-22	31-dez-21
Ativo		
Imposto s/ rendimento - IRC	-	103 239,00
Imposto s/ rendimento - IRS	-	-
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	40 314,56	37 228,27
Outros impostos e taxas	-	-
	40 314,56	140 467,27
Passivo		
Imposto s/ rendimento - IRC	32 145,14	5 355,31
Imposto s/ rendimento - IRS	6 336,58	8 168,55
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	-
Segurança Social/FCT	32 052,47	28 271,00
Outros impostos e taxas	-	-
	70 534,19	41 794,86

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-dez-22	31-dez-21
Pagamentos por conta	-	(103 239,00)
Retenções na Fonte	-	-
Estimativa de IRC (Nota 30)	32 145,14	5 355,31
	32 145,14	(97 883,69)

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31-dez-22	31-dez-21
Diferimentos (Ativo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros e outros serviços	3 406,00	187,63
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	3 406,00	187,63
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Subsídios Exploração a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	-	-

15. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31-dez-22	31-dez-21	Variações
Capital	9 000 000,00	9 000 000,00	-
Reservas Legais	805 000,00	805 000,00	-
Resultados Transitados	4 641 903,94	6 819 938,58	(2 178 034,64)
Ajustamentos A. Financeiros	(16 744,32)	(16 744,32)	-
O. Variações Capital Próprio	1 847 028,53	1 557 087,50	289 941,03
Resultados	525 288,94	(883 262,64)	1 408 551,58
Total	16 802 477,09	17 282 019,12	(479 542,03)

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 17.282.019,12 euros em 2021 passa para 16.802.477,09 euros em 2022.

16. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Nº de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	Valor Nominal	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00	49,44%
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00	100%

17. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

18. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em Ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	TOTAL
A 1 de janeiro de 2021	(8 247,94)	1 498 995,19	1 490 747,25
Reconhecimento de subsídio	-	204 137,03	204 137,03
Amortização de subsídio	-	(180 388,97)	(180 388,97)
Ajustamento por imposto	-	34 344,25	34 344,25
Ajustamento capital próprio subsidiária	(8 496,38)	-	(8 496,38)
31 de dezembro de 2021	(16 744,32)	1 557 087,50	1 540 343,18
Reconhecimento de subsídio	-	449 363,27	449 363,27
Amortização de subsídio	-	(109 455,84)	(109 455,84)
Ajustamento por imposto	-	(49 966,40)	(49 966,40)
Ajustamento capital próprio subsidiária	-	-	-
31 de dezembro de 2022	(16 744,32)	1 847 028,53	1 830 284,21

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31-dez-22	31-dez-21
Comparticipações comunitárias - Subsídios	2 165 332,40	1 825 424,97
Ajustamento por imposto (Nota 20)	(318 303,87)	(268 337,47)
	1 847 028,53	1 557 087,50

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 21).

19. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Empréstimos Bancários	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	326 158,03	93 188,00	326 158,03	93 188,00
Santander Totta - Graciosa	432 751,79	123 643,36	432 751,79	123 643,36
Santander Totta - Geral	114 017,06	150 805,00	175 353,77	237 302,57
Novo Banco dos Açores (A)	2 025 000,00	675 000,00	2 025 000,00	675 000,00
Novo Banco dos Açores (B)	4 002 857,14	-	3 335 714,28	1 334 285,72
Bankinter	1 370 186,65	670 889,00	2 039 538,68	658 329,53
CEMAH CGIT	2 577 500,00	262 500,00	-	-
BPG CGIT	831 538,00	218 462,00	-	-
CCC NBA	-	130 000,00	-	-
	11 680 008,67	2 324 487,36	8 334 516,55	3 121 749,18

A 30 de dezembro de 2022, foram transmitidos para Ilhas de Valor, S.A. dois novos financiamentos bancários com a Caixa Económica da Misericórdia Angra do Heroísmo e o Banco Português de Gestão, no valor de 2.840.000,00 euros e de 1.050.000,00 euros, respetivamente, cuja titularidade pertencia ao Clube de Golfe da Ilha Terceira. Por contrapartida, foi igualmente transmitido à sociedade o terreno e imóveis do Campo de Golfe da Ilha Terceira.

Os financiamentos acima indicados, tratam-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os respetivos planos financeiros. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval da Região Autónoma dos Açores.

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31-dez-22	31-dez-21
Fornecedores conta corrente	159 153,38	65 514,00
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	159 153,38	65 514,00

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	-	130 563,36	-	90 014,71
Acréscimo Remunerações a Liquidar	-	197 648,13	-	195 247,85
Juros a Liquidar	-	108 406,43	-	67 121,84
Remunerações a Liquidar e Sindicato	-	199,83	-	102,13
Linhas Crédito Bancos	-	772 580,70	-	721 341,42
Ajustamentos em Subsídios	-	318 303,87	-	268 337,47
Outras contas a pagar	-	67 644,90	-	1 514,99
	-	1 595 347,22	-	1 343 680,41

Outras contas a pagar no valor de 436.817,75 euros e outros credores no montante de 1.158.529,47 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

22. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-22			31-dez-21		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias				2 757,70		2 757,70
Vendas de produtos	85 245,64		85 245,64	67 452,90		67 452,90
Prestação de serviços	851 235,92		851 235,92	555 483,16		555 483,16
	936 481,56		936 481,56	625 693,76		625 693,76



Em 2022, verifica-se alguma recuperação das vendas e prestações de serviços, comparativamente ao ano de 2021.

23. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Contrato-programa - Coesão	2 750 636,73	2 995 862,97
Apoio ao Emprego - Integra	4 512,20	
	2 755 148,93	2 995 862,97

Em 2022, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.200.000 euros no âmbito do contrato-programa assinado com a RAA, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 449.363,27 euros de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 2.750.636,73 euros destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	308 346,62	302 133,00
Materiais	22 573,17	18 916,75
Energia e fluídos	153 068,13	128 336,02
Deslocações, estadas e transportes	14 895,18	7 563,12
Serviços diversos	143 853,63	154 897,19
	642 736,73	611 846,08

Registou-se um aumento em fornecimentos e serviços durante o ano de 2022, quando comparado com o ano anterior, motivado essencialmente pelo aumento dos encargos com materiais e com energia. Estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

25. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2022 e 2021, foram como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Remunerações dos órgãos sociais	96 684,68	144 658,92
Remunerações do pessoal	1 165 745,67	1 010 223,72
Encargos sobre remunerações	290 389,48	261 049,20
Seguros	19 336,23	20 837,91
Outros gastos com pessoal	5 504,42	4 599,91
	1 577 660,48	1 441 369,66

A rubrica de gastos com pessoal registou um aumento considerável em 2022, tendo em conta o aumento do salário mínimo regional e por acertos pela saída do anterior Conselho de Administração.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Subsídios Investimento		
- PO 2020 - Incubadora Empresas St Maria	41 424,28	38 543,83
- Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14	16 003,14
- Contrato-programa Coesão 2021	20 086,07	19 579,11
- Contrato-programa Coesão 2022	31 942,35	-
Outros rendimentos e ganhos	44 589,70	636,62
	154 045,54	74 762,70

Dos 154.045,54 euros contabilizados em outros proveitos, 109.455,84 euros dizem respeito à imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 41.424,28 euros; e nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito dos Contratos-programa “Coesão” de 2020, de 2021 e de 2022 no valor de 68.031,56 euros. Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções do exercício anterior.

27. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Impostos	33 641,74	24 332,00
Taxas	2,76	1 196,90
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	32 084,70	21 002,54
Doações	-	1 705 510,88
Outros gastos e perdas	30 895,41	36 758,34
	96 624,61	1 788 800,66

A verba de 33.641,74 euros inclui IMI, bem como impostos sobre equipamentos de transporte.

A verba 32.084,70 euro resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à “Pousada da juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda”.

A verba de 1.705.510,88 euros em 2021, resulta da transferência de património da Ilhas de Valor, S.A. para a administração direta da Região Autónoma dos Açores (Direção Regional da Cultura) da antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão (Museu das Flores) a 31

de julho de 2021, através do disposto no n.º 1 do artigo 6º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio. Nesta sequência, foi registado em doações do exercício o valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis de 1.689.404,91 euros.

A verba de 30.895,41 euros reflete o Imposto Selo em operações bancárias e as quotizações pagas a entidades externas.

28. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	218 214,31	209 857,98
Outros gastos e perdas de financiamento	31 973,95	21 575,21
	250 188,26	231 433,19
Resultados financeiros	250 188,26	231 433,19

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos.

29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2022 atingiam um valor de 2.779.758,80 euros (em 2021 – 3.683.664,88 euros), sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

Garantia	Entidade	Banco	Sata Início	Montante Inicial	Montante em Dívida	Maturidade
Aval	Associação para Desenvolvimento Ilha S.Jorge	CGD	28-jun-13	279 920,10	63 618,22	28-jun-25
Aval	Angrasol - Hotelaria, Turismo e Comércio S.A.	CEMAH	23-set-14	3 589 693,19	2 716 140,58	23-mar-26
				3 869 613,29	2 779 758,80	

30. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Imposto s/ rendimento corrente	32 145,14	5 355,31
Imposto s/ rendimento diferido	72 065,35	(134 985,47)
	104 210,49	(129 630,16)

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Resultado antes de Imposto	629 499,43	(1 012 892,80)
Diferenças temporárias:		
Outros	-	-
Diferenças permanentes:		
MEP	(32 084,70)	(21 002,54)
Outros	(38 759,44)	(73 621,73)
	(70 844,14)	(94 624,27)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fiscal)	700 343,57	(918 268,53)
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Tributação autónoma	1 259,99	5 355,31
Imposto diferido	72 065,35	(134 985,47)
Imposto s/ Rendimento	104 210,49	(129 630,16)
Taxa efetiva de imposto	16,55%	12,80%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31-dez-22	31-dez-21
Taxa de imposto	14,70%	16,80%
Derrama	1,00%	1,50%
Derrama estadual		
LT > 1 500 000 e < 7 500 000	2,40%	2,40%
LT > 7 500 000 e < 35 000 000	4,00%	4,00%
LT > 35 000 000	7,20%	7,20%

31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Ilhas de Valor, S.A. é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,56% do capital da Empresa. O restante é detido pelo Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico (49,44%).

31.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes Relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram na sua totalidade liquidadas pela Ilhas de Valor, S.A.

31.2. Remuneração do Revisor oficial de contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2022 cifrou-se em 9.600 euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

31.3. Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

No final dos períodos de 2022 e 2021 os saldos pendentes em Outros Créditos a Receber, resultantes de transações efetuadas com subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. são de 780.837,52 euros e de 721.637,52 euros, respetivamente.

32. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

33. Eventos subsequentes

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2022 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270



A Administração



Handwritten signatures in black and blue ink, located in the top left corner of the page.

12.6. Mapas Orçamentais

12.6.1. Demonstração do desempenho orçamental

Ilhas de Valor, SA

1/2

(Valores em EUR)

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2022
Lançamento: 000

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	400.083,13	193.692,07	0,00	0,00	0,00	593.775,20	193.887,92
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					6.244,84	6.244,84	2.140,50
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.114.704,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.114.704,01	698.995,47
R7	Outras Receitas Correntes	110.344,43	0,00	0,00	0,00	0,00	110.344,43	248.507,56
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.314.859,88
R9.1	Transferências de capital	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.314.859,88
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.859,88
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	336.042,81	0,00	0,00	0,00	0,00	336.042,81	268.389,06
	Receita efetiva [2]	1.591.088,32	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	4.791.088,32	4.530.751,97
	Receita não efetiva [3]	0,00	4.432.826,47	0,00	0,00	0,00	4.432.826,47	232.000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	4.432.826,47	0,00	0,00	0,00	4.432.826,47	232.000,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1.591.173,47	7.632.826,47	0,00	0,00	0,00	9.224.000,00	4.762.751,97
	Recebimentos de operações de tesouraria [5]					94.057,60	94.057,60	43.485,40

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2022
 Lançamento: 000

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	1.574.849,73	0,00	0,00	0,00	1.574.849,73	1.423.887,51
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	1.217.370,47	0,00	0,00	0,00	1.217.370,47	1.133.963,31
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	34.879,32	0,00	0,00	0,00	34.879,32	33.888,92
D1.3	Segurança social	0,00	302.899,94	0,00	0,00	0,00	302.899,94	256.008,18
D2	Aquisição de bens e serviços	834.316,91	0,00	0,00	0,00	0,00	834.316,91	881.208,84
D3	Juros e outros encargos	209.486,35	0,00	0,00	0,00	0,00	209.486,35	218.601,30
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	11.700,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	11.700,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	11.700,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	217,95	88.176,79	0,00	0,00	0,00	88.394,74	164.331,06
Despesa de Capital								
D6	Aquisição de bens de capital	8.667,71	3.078.133,43	0,00	0,00	0,00	3.086.801,14	188.399,43
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00	60.890,80
D7.1	Transferências de capital	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00	60.890,80
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00	60.890,80
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		1.072.899,41	6.795.379,95	0,00	0,00	0,00	7.868.279,44	2.869.294,56
Despesa não efetiva [6]		903.668,34	1.888.927,83	0,00	0,00	0,00	1.804.596,17	1.471.318,11
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	903.668,34	1.888.927,83	0,00	0,00	0,00	1.804.596,17	1.471.318,11
Soma [7]=[5]+[6]		1.976.567,75	7.796.307,78	0,00	0,00	0,00	9.772.875,61	4.340.612,67
Pagamentos de operações de tesouraria [C]						96.047,22	96.047,22	39.351,04
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]								
		4.605,64	32.210,76	0,00	0,00	0,00	36.816,44	399.777,22
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]								
						4.235,22	4.235,22	6.244,84
Saldo global [2]-[5]		506.188,83	-3.595.379,95	0,00	0,00	0,00	-3.087.191,12	1.641.487,41
Despesa primária		869.402,84	6.795.379,95	0,00	0,00	0,00	7.664.782,79	2.648.693,26
Saldo corrente		160.813,79	-1.674.726,32	0,00	0,00	0,00	-1.513.912,59	-1.742.749,68
Saldo de capital		347.375,10	-1.920.653,63	0,00	0,00	0,00	-1.578.278,33	3.394.203,89
Saldo primário		717.688,89	-3.595.379,95	0,00	0,00	0,00	-2.877.691,07	1.862.058,71
Receita total [1]+[2]+[3]		1.981.179,47	7.848.519,34	0,00	0,00	0,00	9.829.698,81	4.956.388,89
Despesa total [5]+[6]		1.976.567,75	7.796.307,78	0,00	0,00	0,00	9.772.875,61	4.340.612,67

12.6.2. Demonstração da Execução Orçamental da Receita

1/2

Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Ilhas de Valor, SA
Exercício: 2022
Legislação: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Período anterior	Período corrente	Grau exec. orç. Período anterior	Grau exec. orç. Período corrente
							Emissores	Pagos	Período anterior	Período corrente				
Receitas Correntes														
R1	Receita Fiscal													
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1	Transferências correntes													
R5.1.1	Administrações Públicas													
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	913.800,00	67.793,52	1.121.066,45	341,59	1.115.066,01	341,59	341,59	1.071.299,68	1.114.704,00	73.813,94	4,76%	117,28%	
R7	Outras Receitas Correntes	10.800,00	0,00	112.066,02	0,00	130.343,42	0,00	0,00	110.343,42	110.343,42	1.724,66	0,00%	1103,41%	
Total das Receitas Correntes		929.300,00	67.793,52	1.233.132,47	341,59	1.225.347,44	341,59	341,59	1.181.541,05	1.225.645,25	75.538,60	4,65%	127,06%	
Receitas de Capital														
R8	Venda de bens de investimento													
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1	Transferências de capital													
R9.1.1	Administrações Públicas													
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	6.690.070,00	0,00	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,00%	47,83%	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
R9.1.2	Exterior - UE	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
R10	Outras receitas de capital	185.000,00	0,00	412.367,54	0,00	356.042,81	0,00	0,00	356.042,81	356.042,81	58.324,53	0,00%	215,78%	

1/2

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Compromissos	Cativos / discursivos	Compromissos		Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	(Valores em EUR)	
					Obrigações	Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D1	Despesas com o pessoal	100,93	1.657.113,00	0,00	1.605.869,52	0,00	1.574.849,73	0,00	31.019,77	0,00%	95,04%	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	1.136.813,00	0,00	1.226.457,34	0,00	1.217.570,57	0,00	8.886,37	0,00%	98,46%	
D1.2	Alugios variáveis ou eventuais	0,00	70.690,00	0,00	35.406,33	0,00	54.379,32	0,00	1.027,06	0,00%	76,95%	
D1.3	Segurança social	100,93	349.600,00	0,00	324.025,90	0,00	302.899,94	0,00	21.125,96	0,00%	86,64%	
D2	Aquisição de bens e serviços	55.753,73	1.131.040,00	0,00	1.020.097,84	0,00	854.536,50	0,00	185.580,30	0,00%	64,20%	
D3	Juros e outros encargos	0,00	421.699,00	0,00	209.468,28	0,00	209.468,28	0,00	0,00	0,00%	49,64%	
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	12.500,00	0,00	11.700,00	0,00	11.700,00	0,00	0,00	0,00%	93,60%	
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	93,60%	
D4.1.1	Administrações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.4	Outras	0,00	12.500,00	0,00	11.700,00	0,00	11.700,00	0,00	0,00	0,00%	93,60%	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	280.950,00	0,00	90.647,23	0,00	88.394,74	0,00	2.252,53	0,00%	31,40%	
	Total das Despesas Correntes	55.834,66	3.703.662,00	0,00	2.697.811,46	0,00	2.738.698,36	0,00	198.853,16	0,00%	73,95%	
D6	Despesas de Capital											
D6	Aquisição de bens de capital	85.200,25	5.775.663,00	0,00	5.279.429,51	0,00	5.081.821,14	0,00	197.608,37	0,00%	88,02%	
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	127.000,00	0,00	47.590,00	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00%	37,40%	
D7.1	Transferências de capital	0,00	127.000,00	0,00	47.590,00	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00%	37,40%	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.4	Outras	0,00	127.000,00	0,00	47.590,00	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00%	37,40%	
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8	Outras despesas de capital	0,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
	Total das Despesas de Capital	85.200,25	6.860.663,00	0,00	5.326.829,51	0,00	5.129.321,14	0,00	197.608,37	0,00%	74,76%	

© PRIMAVERA IS / ILHAS DE VALOR

Ilhas de Valor, S.A

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Per pagar per. ant.	Dotações Contingidas	Cálculos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposturas		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	(Valores em EUR)	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
							Total	Total			Grav em ec. orç.	Período corrente
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	3.643.484,00	0,00	1.904.596,17	1.904.596,17	1.904.596,17	1.904.596,17	0,00	0,00	0,00%	52,30%
	Total das Despesas não efetivas	0,00	3.643.484,00	0,00	1.904.596,17	1.904.596,17	1.904.596,17	1.904.596,17	0,00	0,00	0,00%	52,30%
	Total Geral (Despesas Correntes)	55.834,66	3.783.682,00	0,00	2.807.811,46	2.807.811,46	2.738.938,30	2.738.938,30	0,00	286.853,16	0,00%	73,95%
	Total Geral (Despesas Capital)	85.282,25	6.888.683,00	0,00	5.305.629,31	5.305.629,31	5.129.321,14	5.129.321,14	0,00	197.608,17	0,00%	74,76%
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	3.643.484,00	0,00	1.904.596,17	1.904.596,17	1.904.596,17	1.904.596,17	0,00	0,00	0,00%	52,30%
	Total Geral	141.036,91	14.205.749,00	0,00	10.189.337,14	10.189.337,14	9.772.875,61	9.772.875,61	0,00	396.461,33	0,00%	68,80%

O Responsável

A Administração

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

Klea Silva Amaro

*Fidelidade Intelectual Temerosa
Pedro Miguel de Almeida*

12.6.4. Alterações Orçamentais da Receita

1/2

Ilhas de Valor, S.A.

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Compêgias	Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Creditos Especiais		
	Receitas Correntes						
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade						
R5	Transferências e subsídios correntes						
R5.1	Transferências correntes						
R5.1.1	Administrações Públicas						
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	923.400,00	0,00	10.000,00	0,00	913.400,00	
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	
	Total das Receitas Correntes	923.900,00	10.000,00	10.000,00	0,00	923.900,00	
	Receitas de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências e subsídios de capital						
R9.1	Transferências de capital						
R9.1.1	Administrações Públicas						
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

© PRIMAVERA.BIS / Lousa de ILHAS DE VALOR

Ilhas de Valor, SA

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2022

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Recorda				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/ Retorções	Alterações Orçamentais Demargemey Anulções	Creditos Especiais		
R9.1.1.4	Administração Regional	5.750.070,00	0,00	0,00	900.000,00	8.650.070,00	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Exterior - UE	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2	Subsidios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	
	Total das Receitas de Capital	6.265.070,00	0,00	0,00	900.000,00	7.465.070,00	
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com Passivos financeiros	1.645.000,00	910.000,00	910.000,00	3.850.000,00	5.535.000,00	
R11	Reposições não abastidas aos pagamentos	1.645.000,00	910.000,00	910.000,00	3.850.000,00	5.535.000,00	
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	555.779,00	555.779,00	
	Total das Receitas não efetiva	3.290.000,00	910.000,00	910.000,00	4.415.779,00	5.535.000,00	
	Total Geral (Receitas Correntes)	955.070,00	10.000,00	10.000,00	0,00	975.070,00	
	Total Geral (Receitas Capital)	6.265.070,00	0,00	0,00	900.000,00	7.465.070,00	
	Total Geral (Receitas não efetivas)	1.645.000,00	910.000,00	910.000,00	3.850.000,00	5.535.000,00	
	Total Geral	8.865.140,00	920.000,00	920.000,00	5.365.779,00	14.205.749,00	

O Responsável: A Administração

Em ___ de ___ de _____

Em ___ de ___ de _____

Isabel Silva Amaro

*Fidelidade ao Território
para a Sustentabilidade*

12.6.5. Alterações Orçamentais da Despesa

1/2

Ilhas de Valor, SA

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Despesa				Observações
		Dotações Iniciais	Inscritos/ Retiros	Alterações Orçamentais/ Demónios/ Anulações	Creditos Especiais	
	Despesas Correntes					
D1	Despesas com o pessoal	1.540.113,00	48.000,00	36.000,00	104.000,00	1.657.113,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1.391.823,00	23.000,00	36.000,00	58.000,00	1.236.823,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	40.690,00	13.000,00	0,00	17.000,00	70.690,00
D1.3	Segurança social	307.600,00	13.000,00	0,00	29.000,00	349.600,00
D2	Aquisição de bens e serviços	1.150.540,00	79.500,00	89.000,00	150.000,00	1.331.040,00
D3	Juros e outros encargos	215.913,00	5.000,00	0,00	201.066,00	421.999,00
D4	Transferências e subsídios correntes	7.500,00	0,00	0,00	5.000,00	12.500,00
D4.1	Transferências correntes	7.500,00	0,00	0,00	5.000,00	12.500,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	7.500,00	0,00	0,00	5.000,00	12.500,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	213.930,00	0,00	13.000,00	80.000,00	286.930,00
	Total das Despesas Correntes	3.128.616,00	133.500,00	134.000,00	510.066,00	3.705.662,00
	Despesas de Capital					
D6	Aquisição de bens de capital	963.470,00	13.500,00	11.000,00	4.305.895,00	5.773.865,00
D7	Transferências e subsídios de capital	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
D7.1	Transferências de capital	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

© FINANÇAS RES / LÍNGUA DE ILHAS DE VALOR

Ilhas de Valor, SA

2/2

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2022

Lançamento: <TODOS>

Rubrica	Descrição	Despesa				Créditos Especiais	Dotações Corrigidas	Observações
		Dotações iniciais	Inscrições/ Referros	Alterações Orçamentais/ Anulações	Diminuições/ Aumentos			
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D7.1.4	Outras	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00		
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8	Outras despesas de capital	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00		
	Total das Despesas de Capital	2.050.470,00	13.500,00	11.000,00	4.905.693,00	6.980.663,00		
D9	Despesas não efémeras							
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D10	Despesa com passivos financeiros	3.641.484,00	910.000,00	910.000,00	0,00	3.641.484,00		
	Total das Despesas não efémeras	3.641.484,00	910.000,00	910.000,00	0,00	3.641.484,00		
	Total Geral (Despesas Correntes)	3.128.016,00	133.500,00	138.000,00	500.000,00	3.703.016,00		
	Total Geral (Despesas Capital)	2.050.470,00	15.500,00	11.000,00	4.905.693,00	6.980.663,00		
	Total Geral (Despesas não efémeras)	3.641.484,00	910.000,00	910.000,00	0,00	3.641.484,00		
	Total Geral	8.819.970,00	1.059.000,00	1.059.000,00	5.305.779,00	14.205.749,00		

O Responsável:

Em ____ de ____ de ____

Isabel Silva Amaro

A Administração:

Em ____ de ____ de ____

Fredemir de Castro Fernandes
para o Diretor Administrativo

13. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2022

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2022.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2022, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022;



A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n° 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n° 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 11 de Abril de 2023

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n° 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 32.632.008 euros e um total de património líquido de 16.802.477 euros, incluindo um resultado líquido de 525.289 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2022 o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 9.829.692 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 9.772.876 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de Abril de 2023



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)

